

Última tentativa de esforço concentrado

■ Congresso faz convocação para votar Orçamento

BRASÍLIA — O Congresso Nacional tenta realizar, a partir de amanhã, mais um esforço concentrado para votar o projeto de Orçamento deste ano e a lei de diretrizes para o Orçamento de 95. Também fazem parte da pauta de votações da semana as medidas provisórias das mensalidades escolares e de extinção do Inamps, além do projeto que permite o desconto do bônus eleitoral no imposto de renda. Será a última tentativa de votação antes das eleições.

Com a proximidade das eleições, a falta de quórum poderá adiar as votações importantes pa-

ra o ano que vem. O relator do Orçamento de 1994, deputado quercista Marcelo Barbieri (PMDB-SP), já admitiu que não tem como apresentar seu parecer devido à falta de tempo para examinar mais de 13 mil emendas dos parlamentares. Como consequência, o projeto sem relatório final terá que ser enviado diretamente ao plenário com base nos sete relatórios setoriais, ou ser aprovado na versão original. O líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), anunciou ontem que vai fazer uma proposta aos presidenciais de todos os partidos, junto com as demais lideranças partidárias, para que o projeto seja votado sem emendas. O Orçamento seria aprovado conforme foi enviado pelo presidente Itamar Franco, mas com o compro-

misso de alteração após as eleições.

Simon acha ainda que o relator Marcelo Barbieri não teria condições de realizar um relatório confiável, uma vez que é partidário da candidatura Quêrcia. Para evitar confusão, o presidente do Congresso, Humberto Lucena (PMDB-PB), vai convocar uma reunião de todos os partidos para amanhã, a fim de tomar posição. Lucena deverá apresentar uma emenda constitucional, estabelecendo que se o Orçamento de 1995 não for votado até o fim do ano, seja prorrogado para o ano que vem.

Lucena enviou telegramas de convocação a todos os parlamentares, solicitando que interrompam a campanha eleitoral, pois

“as votações programadas são de muita importância para o andamento da administração pública”.

O problema é que muitos candidatos em campanha pelo interior não estão sendo localizados pelas lideranças dos seus partidos. O esforço corre o risco de fracassar mais uma vez. Para Simon, “ficará muito mal para o Congresso a não aprovação do Orçamento, depois de tanta luta na Assembleia Constituinte para recuperar suas prerrogativas, e das investigações da CPI no sentido da moralidade dos recursos públicos”. Segundo ele, os candidatos à reeleição ficarão numa posição difícil, caso qualquer órgão de imprensa divulgue a lista dos ausentes.